

Moção

Ao Conselho de Administração da EDP – Energias de Portugal, SA

Exmos. Senhores,

Hoje, dia 19 de Outubro de 2016, os trabalhadores com vínculo laboral, na esmagadora maioria dos casos a termo incerto, à empresa Randstad, Lda, concentram-se em frente à “sede da sua empresa”. Sim, de facto, os cerca de 1500 trabalhadores adstritos ao contrato denominado de “prestação de serviços” celebrado com aquela multinacional são trabalhadores que asseguram no dia-a-dia tarefas e actividades de primeira linha e imprescindíveis para que a EDP cumpra as suas obrigações, incluindo as legais e reguladas, de distribuidor e comercializador de energia, assegurando ainda necessidades internas para assegurar o funcionamento dos seus próprios serviços (recursos humanos, frota, etc.).

Alguns de nós – bastantes, mesmo – temos entre 15 e 20 anos de ligação diária e directa à EDP, com diferenças apenas nas empresas que nos “alugam”.

Fomos, dessa forma, porque recebemos o salário mínimo, ou pouco mais, um “crime que compensou” – e compensa - para a EDP e suas “parceiras” de caminho.

Notarão, de certeza, alguma indignação. Também não o estranharão, de todo, pois saberão quais os seus reais motivos e o sentimento que nos move.

Todos os dias, horas e minutos da nossa actividade têm uma constante escrita e/ou falada: EDP!

Sabemos que as nossas tarefas, mesmo que desvalorizadas e secundarizadas por alguns, mas felizmente enaltecidas e salientadas até nos Relatórios e Contas, se constituem como necessidades imprescindíveis à actividade da EDP e, nesse contexto, inquestionavelmente, como acima se afirma, de substituição de postos de trabalho permanentes da empresa, aliás o que está bem patente na saída de trabalhadores do quadro sem as correspondentes novas admissões.

Em suma, somos EDP! No entanto daquela onde se procura que sejamos meros números de um negócio que se quer competente e com resultados cada vez mais exigentes, mas pagos pelo menor preço possível e, por isso, entregues a empresas cujo objectivo mais não é o de que vender mão-de-obra e “rentabilizá-la” através de condições de trabalho cada vez mais precárias e onde os direitos se procuram cecear todos os dias, como é o caso das pausas.

As transformações no projecto são claras e os trabalhadores percebem-nas perfeitamente. Por isso, não irão deixar de lutar até às últimas consequências pela defesa dos postos de trabalho e das condições de vida.

Por isso basta de uma vida adiada e de um acordar sempre na expectativa de se é o dia final. Basta de vermos saídas e entradas constantes, onde a precariedade serve para punir e para procurar exigir ritmos e regras inaceitáveis e ilegais em muitos casos.

Nós somos o rosto da EDP e a EDP para nós o que é? Nas exigências e todo o trabalho é quem determina e gere, sendo, por isso, tudo, excepto no essencial e que é o vínculo contratual, o que não se pode continuar a manter.

E é apenas essa necessidade de justiça que nos traz aqui!

Deixamos o alerta e esperamos uma reflexão. Estaremos, através da nossa estrutura representativa, sempre disponíveis para o diálogo. No entanto, deixamos uma certeza. Hoje foi uma primeira visita e uma apresentação. A ausência de resposta levará a que voltemos muitos mais e como uma determinação acrescida para ficar.

A imagem que a EDP procura passar publicamente não se pode compaginar com este quadro e situações e, dessa forma, o silêncio só determinará o agravar da contestação. Ficamos a aguardar por uma resposta.

Apenas uma última referência: das palavras deste documento nada pode ser inferido que possa, directa ou indirectamente, ter qualquer conteúdo pejorativo quanto aos profissionais da EDP que se relacionam com os trabalhadores do projecto. Bem pelo contrário, na sua esmagadora maioria constituem-se como os primeiros reconhecedores da nossa capacidade e profissionalismo.



Os trabalhadores do Projecto EDP
com vínculo contratual à Randstad